

## 50 X 50: O golpe de 1964 instaura um regime unidimensional?<sup>1</sup>

Silvio Ricardo Gomes Carneiro

### Introdução: o unidimensional em questão.

1964 é um ano com características bem peculiares. Gostaria de aproveitar a ocasião para uma reflexão que atravessa fatos de 50 anos atrás, quando não apenas *O homem unidimensional* seria publicado, mas quando em *terra brasilis*, um golpe civil-militar passou a reestruturar nosso cenário político-cultural contemporâneo de uma maneira nunca antes vista. Paralelo temporal que não podemos deixar passar em branco. Afinal de contas, através dele é possível perceber a precisão e força críticas da concepção marcuseana sobre o caráter “unidimensional” na sociedade em que vivemos e no pensamento com que debatemos.

Para além do fetiche dos números redondos, que apenas aproxima os fatos pela contagem do cinquentenário, o exercício aqui proposto pretende provocar uma reflexão sobre o caráter unidimensional de hoje a partir de territórios aparentemente estranhos. Afinal de contas, o objeto de *O homem unidimensional* é o recorte bem específico das experiências de Estado de bem-estar social, sobretudo estadunidense, à sombra da Guerra Fria. Nesse cenário, o sistema brasileiro de contradições teria pouco privilégio nas linhas marcuseanas que descreve o mundo na escala global do conflito entre potências.

Assim, nosso exercício pretende escapar de uma armadilha própria a tal estranhamento. Pois, diante do horizonte unidimensional, como lidar com o caso brasileiro? Duas tendências consideram nosso esforço como insuficiente para compreender a complexidade dos fatos históricos. Uma primeira, herdeira de certa interpretação habermasiana, nota a pintura unidimensional como produto de uma

---

<sup>1</sup> A versão final deste texto resulta da elaboração preliminar apresentada em duas homenagens brasileiras ao cinquentenário de *O homem unidimensional* realizadas na UEM e na UFABC. Aos participantes e organizadores destes eventos deixo meus agradecimentos por suas observações e críticas – muitas delas foram incorporadas nesta última versão com minha total responsabilidade. Em especial, seguem meus reconhecimentos a Robespierre de Oliveira, Gustavo Levya, Anderson Esteves, Marília Pisani, Deborah Antunes e a Imaculada Kangussu.

filosofia da história pautada por uma racionalidade tecnológica sem limites.<sup>2</sup> Insuficiente porque faltaria a Marcuse um exercício crítico sobre as potências do mundo da vida abertos pela modernidade através de uma racionalidade outra, oriunda da comunicação entre sujeitos que se reconhecem no meio ambiente da racionalidade esclarecida. Tudo se passa como se Marcuse colocasse na conta da razão tecnológica todo o peso dos desvios próprios aos mais variados discursos e práticas, tendo como única saída o apelo à estranha sensibilidade romântica e prévia ao Esclarecimento. Colocarmos pois, o caso do golpe brasileiro no capítulo da unidimensionalidade seria repetir os possíveis limites da filosofia da história marcuseana que incide em laços mais profundos e desconfiados quanto aos critérios da razão esclarecida.

Além disso, uma segunda tendência – de lastro pós-moderno – afirmaria que aproximar o golpe de 1964 à unidimensionalidade seria reproduzir novamente uma história universal que deixa de lado as diferenças que permeiam os tempos e os espaços sociais. Um autor como Deleuze poderia muito bem apontar em Marcuse a crítica aparentemente fácil por descrever através da história unidimensional, a história da repressão cultural (e o golpe estaria nisso).<sup>3</sup> Daí a necessidade marcuseana de um conceito confuso de repressão e coerção operante em todo *Homem unidimensional* em plena sociedade das liberdades e da democracia. Afinal, apesar de todo o esforço marcuseano em dar maior precisão às diferenças de conflitos, ainda permanece insuperável o diapasão dialético que confere um aparente movimento à repetição da história astuciosa da razão dividida em antinomias. Atolada em contradições, a superação deriva da extração de um terreno subterrâneo de um regime de verdadeiras necessidades. No fim das contas, resta ainda um subsolo que a teoria crítica extrairia, um regime de verdades que narra todo o percurso da história universal dos homens e dos povos; uma descrição que deixa de lado a produção das diferenças e sua plurivocidade. No caso específico do golpe, tal leitura pós-moderna do limite do conceito marcuseano de unidimensionalidade ressalta a tentativa de reduzir os fatos históricos ao campo da universalidade. Não se pode combater totalitarismos com uma

---

<sup>2</sup> HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Tradução de Artur Morão, Lisboa: Ed. 70, 2006.

<sup>3</sup> DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix, *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia – I*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010. Ver também as críticas de LYOTARD, Jean-François. *Dérive a partir de Freud et Marx*. Paris : Galilee, 1994 ; e também FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade – vontade de saber*. Tradução de Maria T. C Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

perspectiva universal das experiências. E nisso, Marcuse perderia a força da crítica sobre o evento.

No entanto, a vantagem do exercício que proponho aqui está na possibilidade de pensar a unidimensionalidade e sua crítica marcuseana para além desses dois focos. No limite, o que ambas formulações deixam de lado é o pressuposto do caráter unidimensional como algo além de uma perspectiva de razão expandida na tecnologia (tal como previa Habermas), ou de uma racionalidade muito restrita a uma unidade histórica disfarçada de dialética (no caso pós-estruturalista). Contudo, tais críticas deixam de lado o fato de que a sociedade unidimensional apresenta estruturas móveis as quais Marcuse procura precisar mais detalhadamente no cenário da Guerra Fria. Mobilidade que se torna mais visível quando tratamos de um fato aparentemente externo à unidimensionalidade, e que orbita este sistema, como o golpe civil-militar de 1964. Elementos como esse possibilita pensar a que ponto da estrutura unidimensional chegamos. Contudo, antes de darmos voz ao caso brasileiro, notemos como Marcuse considera o caráter unidimensional a partir do cenário de forças e suas possibilidades críticas.

### **Unidimensional: uma tendência que surge dos contrastes**

Desde quando Lênin pressupôs a *coexistência* entre os sistemas capitalista e soviético, articula-se uma geopolítica diversa, em que as estratégias adotadas por um campo de poder gera uma resposta no outro. Movimento que, no decorrer da história, gera também aproximações entre as duas racionalidades governamentais em polarização. Por conseguinte, conforme Marcuse, o “marxismo soviético”<sup>4</sup> é entendido de maneira incompleta sem seu espelhamento com a forma capitalista que lhe corresponde. O filósofo indica isso na dialética entre os sistemas capitalista e socialista. O diagnóstico de uma sociedade unidimensional deriva desses argumentos.

---

<sup>4</sup> Denominação que Marcuse confere ao fenômeno soviético, demonstrando bem o escopo que lhe interessa destacar. Apesar de aproximar geopoliticamente o sistema soviético das exigências do capitalismo industrial tardio, o autor evita a todo instante caracterizar a URSS como um “capitalismo de Estado”. Fazê-lo significaria perder as polaridades estruturantes do cenário unidimensional. Reconhecendo a diversidade de sistemas sociais, Marcuse prefere denominar os processos bolcheviques como “marxismo soviético”, reconhecendo a diferença da dinâmica social em torno do modelo de propriedade social constituída naquela experiência (MARCUSE, Herbert. *Soviet Marxism: a critical analysis*, NY: Columbia University Press, 1958; p. 44).

Decerto, Marcuse não quer identificar sem mediações o Estado de bem-estar social com o Estado soviético. O caráter unidimensional não é uma homogeneidade de princípios, mas uma composição de estratégias diversas, uma racionalidade governamental que absorve para si os polos socialistas e capitalistas. Deriva disso uma proposta de leitura: *se o caráter unidimensional da sociedade é, em grande medida, a sua capacidade de integração de opostos, quais oposições se proliferam através dela?* O que, nos termos do aparato estatal, demanda algumas questões, sobretudo: em que difere o Estado de bem-estar social do Estado soviético?

A partir da última questão é possível compreender o Estado de bem-estar social em paralelo estratégico com o Estado socialista sob duas perspectivas. A primeira se expressa pelo fato de que tanto um quanto outro aparato estatal estabelecem um *sistema de contenção* das aspirações a que tendem suas políticas. Nos termos de Marcuse:

Quando o capitalismo se depara com o desafio do comunismo, ele se depara com suas próprias capacidades: desenvolvimento espetacular de todas as forças produtivas seguida pela subordinação dos interesses privados nas lucratividades que estancam tal desenvolvimento. Quando o comunismo se depara com o desafio do capitalismo, também se depara com suas próprias capacidades: confortos espetaculares, liberdades e alívio das necessidades [*burden*] da vida. Ambos os sistemas têm essas capacidades distorcidas para além do reconhecimento e, em ambos os casos e em último caso, a razão é a mesma - a luta contra uma forma de vida que dissolveria as bases da dominação.<sup>5</sup>

Decerto, Marcuse não segue a crítica fácil de identificar os polos em conflitos como uma e mesma coisa. Já nessa citação, Marcuse apresenta o esforço em diferenciar os sistemas soviético e capitalista tardio. A unidimensionalidade em ambos se apresenta com a negação determinada própria ao novo sistema de vida contida entre os dois sistemas (socialistas como não-capitalistas e vice-versa). Diante de tal quadro, as diferenças entre soviéticos e capitalistas operam uma *negação das oposições integradas*, o que não significa uma identidade total, mas o registro de uma oposição real, cujas contradições se limitam ao inverso integrado entre um e outro. Notar as diferenças de ambos os sistemas é um exercício fundamental para compreender a diversidade interna às sociedades e pensamentos unidimensionais. Soviéticos e capitalistas se relacionam entre si como fantasmas projetados na sombra de seus próprios limites.

---

<sup>5</sup> MARCUSE. *One-dimensional man: studies in the ideology of the advanced industrial society*, Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1991; p. 58

Assim, o Estado de bem-estar social tem diante de si os desafios que o Estado soviético lhe apresenta: o desenvolvimento espetacular das forças produtivas através de políticas de pleno emprego capazes de assegurar os direitos mínimos dos cidadãos para além dos benefícios privados que regem o sistema capitalista. Paralelo que desafia o comunismo na proposição de um sistema social capaz de garantir conforto, liberdades e alívios das necessidades da vida.<sup>6</sup> Portanto, o caráter unidimensional não é a homogeneidade oculta entre o comunismo e o capitalismo, mas, antes, diferentes estratégias ante o desafio colocado por seu adversário no interior de um campo de batalha comum. Como num tabuleiro em que a cada mudança de peças força-se o movimento do oponente, a unidimensionalidade é a rede de estratégias possíveis no interior de um mesmo espaço.

O que implica um segundo caráter da unidimensionalidade: *a contenção das peças no interior do tabuleiro das redes próprias aos polos de uma sociedade industrial avançada*. Movimentam-se as peças, mas o tabuleiro deve permanecer intacto. Deve-se evitar a todo instante as forças centrífugas, as alternativas para além deste campo de oposições. Ou, nos termos de Marcuse:

Diante da possibilidade de pacificação nos níveis de suas conquistas técnicas e intelectuais, a sociedade industrial avançada fecha a si própria contra esta alternativa. O operacionalismo, na teoria e na prática, se torna a teoria e a prática da *contenção*. Sob sua óbvia dinâmica, esta sociedade é um sistema de vida completamente estático: auto-impelido em sua produtividade opressiva e em sua coordenação benéfica. A contenção do progresso técnico segue de mãos dadas com seu crescimento na direção estabelecida. A despeito das melhorias impostas pelo *status quo*, quanto mais a tecnologia parece capaz de criar as condições de pacificação, mais as mentes e os corpos do homem são organizados contra esta alternativa.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Sobre o caso comunista, é interessante notar as últimas mudanças que Stalin propõe, ao reconhecer o novo estágio do capitalismo, a saber, o Estado de bem-estar social nascente nos Estados ocidentais do pós-Guerra. Em sua última publicação “Problemas econômicos do socialismo na URSS” (1953), Stalin propõe reformas profundas no interior do sistema soviético diante do novo cenário de conflito com o imperialismo. Desde então, Stalin (e o pós-stalinismo) reconhece que a conjuntura dos conflitos com o capitalismo se alteraram. Diferentemente do cenário de guerras imperialistas traçado por Lênin, tanto a situação internacional quanto internamente à Rússia havia se modificado. A corrida tecnológica passa a ser muito mais importante para a garantia da supremacia soviética do que a manifestação de força militar e a conquista de territórios. Com o capitalismo ocidental em reconstrução, toda a base militar das relações entre ocidente e oriente passa a ser revista. No campo dividido, o ocidente se concentra na resolução das suas contradições agravadas pelas dificuldades econômica e política dos anos 1950. Momento importante para que a URSS se concentrasse nos elementos que possibilitam a transição do socialismo para o comunismo. Uma política econômica do trabalho seria repensada nesse sentido: com as substanciais propostas da redução da jornada de trabalho aliada ao aumento de salários dos operários. Além de um “tempo livre” organizado para a educação técnica de sua população. Por fim, uma estratégia acentuada no pós-stalinismo, surge uma nova ordem econômica voltada para a produção de bens de consumo. Nesse novo cenário, notamos o quanto as políticas soviéticas - cuja instrumentalização sempre fora fundamental - passa a operar em um regime de abertura espelhado como resposta ao adversário capitalista. (V. MARCUSE. *Soviet Marxism*, p. 161-163).

<sup>7</sup> MARCUSE. *One-dimensional man*, p. 19.

Políticas variadas de contenção das alternativas abertas pelo próprio progresso técnico é, pois, o caráter unidimensional comum entre soviéticos e defensores do Estado de bem-estar social.

Se é bem verdade que os dois extremos das sociedades unidimensionais têm em comum uma política de contenção de forças que lhe escapam, a diferença está nas estratégias que adotam para tanto. Trata-se de questionar, em termos muito próximos aos de Foucault, *como* tais regimes de governo operam ante seus desafios. Ou em termos mais propriamente marcuseanos: também deve-se reconhecer como esse sistema de governo procura conter as alternativas que dissolvem suas bases, as "forças centrífugas" que lhe escapam.

De modo geral, o Estado soviético opera uma racionalidade tecnológica que procura conter a tensão de forças centrífugas posta pelas promessas de novas conquistas sociais prometidas na transição para o comunismo. Ora, a contenção apresentada em *Marxismo soviético* era notada pela pressuposição do conflito entre o Estado socialista com as sociedades capitalistas e suas variantes. Nesse sentido, as aberturas promovidas no fim do governo de Stalin, e aprofundadas pela desestalinização de Khrushchev, articulavam-se pelo novo panorama das políticas do bem-estar social em sociedades capitalistas. Por contraste, *O homem unidimensional* passa a organizar seu argumento pressupondo o cenário soviético como sombra de fundo para a arquitetura do Estado de bem-estar social. Entre uma e outra perspectiva, cabe concluir que "o fator decisivo aqui parece ser a situação global de coexistência, que desde muito tempo se tornou um fato na situação *interna* das duas sociedades em oposição".<sup>8</sup> Assim, diante da ameaça do progresso tecnológico do comunismo internacional que confere as bases materiais para o acirramento global da luta de classes, as sociedades capitalistas passam a mostrar uma unidade sem precedentes nos estágios da civilização industrial.<sup>9</sup>

### **Modernização à fórceps**

Mas cabe ainda a questão: em meio ao conflito entre as duas sociedades industriais avançadas contrárias às forças centrífugas que lhes escapam, o que resta

---

<sup>8</sup> MARCUSE. *One-dimensional man*, p. 48

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 23-24

além da unidimensionalidade? É curioso notar que *O homem unidimensional* não apela às instâncias da Grande recusa que aparece em sua primeira versão na utopia de *Eros e civilização*, figura que retorna alguns anos mais tarde com as revoltas de Maio de 1968. Isso faz com que muitos leitores de *O homem unidimensional* tratem a obra como uma das mais pessimistas de Marcuse. De fato, o cenário não era o dos melhores para o teórico crítico, algo marcante na insistência sua em apresentar certa paralisia da dialética durante todo o livro. Afinal, como fazer a crítica quando os fatores apontam para sua impossibilidade? – eis uma questão frequente da obra.

Aqui exige nossa atenção para outros elementos trazidos à cena por *O homem unidimensional*. Em primeiro, Marcuse reconhece as diferenças presentes em Estados de bem-estar social não tão alinhados ao *Welfare* americano. Em comparação com os polos da Guerra Fria, sociedades tecnológicas menos avançadas como a França e a Itália, embora partilhem dos avanços do Estado de bem-estar social, contém uma classe operária mais articulada, de modo a apresentar um quadro diverso das sociedades unidimensionais modelares. Nessa diferença, mostram-se resistentes à racionalidade tecnológica e política próxima a uma forma de poder autoritário. A confiança que Marcuse depositará alguns anos depois no movimento rebelde francês vem ao encontro do que detecta em *O homem unidimensional*, quando reconhece certa possibilidade de mudanças sociais de melhor distribuição de renda, muito embora de modo a facilitar maior poder efetivo aos interesses dominantes.<sup>10</sup> Isso porque, em grande medida, não apenas a classe trabalhadora surgida da II Guerra acumulava para si maior poder governamental, mas também devido a isso, uma série de medidas de proteção foram implantadas como medidas de governo que evitassem altos índices de inflação e desemprego. Um quadro que abriga o otimismo marcuseano anos mais tarde em 1969, quando compara a situação francesa com a americana:

a França ainda não é uma sociedade afluyente, isto é, as condições de vida da maioria da população ainda está muito abaixo do nível do padrão de vida americano. O que certamente contribui para uma identificação muito mais frouxa com o sistema estabelecido do que a que prevalece neste país.<sup>11</sup>

No entanto, sobretudo antes do espírito otimista de 1968, Marcuse percebe a potencialidade de uma nova ordem que absorverá as conquistas das classes

---

<sup>10</sup> “Eu acredito que os interesses dominantes aceitarão gradual e hesitantemente estas bandeiras [“requirements” do Welfare State] e confiar suas prerrogativas a um poder mais efetivo” (MARCUSE. *One-dimensional man*, p. 42).

<sup>11</sup> MARCUSE, “Herbert Marcuse fala aos estudantes”, in MARCUSE. *A grande recusa hoje*. Tradução de Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999: p. 64.

trabalhadoras cada vez mais integradas ao domínio do *status quo* e na preservação dos seus direitos.

Daí, ainda à luz do Maio francês, nosso autor poder observar que: a) o movimento estudantil de então traz novas fontes de rebeldia ao já nem tão integrado movimento operário francês, sobretudo entre os jovens trabalhadores dos subúrbios de Paris. Em outros termos, a classe social que se organiza no meio universitário converge com os jovens operários de maneira mais intensa em tempos de mudanças científico-tecnológicas. Confluência que ativa o espírito revolucionário francês ainda vivo na tradição política operária do país que passou por 4 revoluções e 2 guerras, herdada pela nova geração de operários e estudantes; b) em segundo, sem muitas ilusões no diagnóstico, Marcuse reconhece a torsão que esta confluência carrega consigo quando conclui em seu relato: “a ideia tradicional de revolução e a estratégia tradicional de revolução estão fora de moda, simplesmente ultrapassadas pelo desenvolvimento de nossa sociedade”.<sup>12</sup> Mesmo com a tradição política francesa e seus sinais de mudança social; ou ainda, mesmo reconhecendo naquele país algo estranho ao caráter unidimensional das sociedades industriais avançadas, Marcuse não deixa de suspeitar de quanto as oposições estavam integradas a ponto de exigir das lutas políticas estratégias diversas da tradição.

Como um segundo contraexemplo da nova ordem, também a Índia e o Egito são tratados em *O homem unidimensional* como possibilidades às contradições da sociedade unidimensional.

Estes países entram no interior do processo de industrialização com uma população sem treino nos valores da produtividade auto-impulsionada da eficiência e da racionalidade tecnológica. Em outras palavras, com uma vasta maioria da população que ainda não foi transformada em uma força de trabalho separada dos meios de produção.<sup>13</sup>

Diferentemente inclusive do caso francês e italiano, a possibilidade de resistência em países como a Índia e o Egito estaria no fato destes países se constituírem às margens da experiência de industrialização, com uma estrutura social bem diversa daquela apresentada no ocidente europeu e americano. Um modo de produção AINDA (e este advérbio é importante) não integrado às vicissitudes da unidimensionalidade.

É curioso notar a posição deste exemplo em *O homem unidimensional*. Embora estes países sejam sociedades pré-tecnológicas e com tradições diversas à civilização

---

<sup>12</sup> MARCUSE, “Herbert Marcuse fala aos estudantes”, p. 66.

<sup>13</sup> MARCUSE. *One-dimensional man*, p. 49.



ocidental, Marcuse suspeita que o salto pós-tecnológico para a realização da modernidade nesses países possa ter o custo de uma violência mais intensa, comparado aos processos do esclarecimento europeu. Na verdade, tal percepção acompanha os relatórios de Marcuse sobre o nazismo em uma Alemanha atrasada para os padrões do capitalismo dos anos 1930-1940.<sup>14</sup> Neste caso, como mais adiante em países subdesenvolvidos, o processo de modernização viria à força com alto custo político-econômico para cobrir as apostas presentes no desenvolvimento combinado e desigual que acompanha o sistema unidimensional.

A industrialização nessas áreas em atraso não se dão no vácuo. Ela ocorre em uma situação histórica em que o capital social requerido pela acumulação primária deve ser obtido amplamente de fora, do bloco comunista ou capitalista – ou de ambos. Mais ainda, há uma presunção bastante difundida de que permanecer de maneira independente demandaria uma industrialização *rápida* e capaz de atingir um nível de produtividade que asseguraria uma autonomia relativa na competição com os dois gigantes, ao menos.<sup>15</sup>

Em tal contexto, que retira sociedades pré-tecnológicas de qualquer vestígio ilusório do isolamento histórico, Marcuse nota um processo de outra ordem que conduz os processos da sociedade unidimensional para outros parâmetros de alto custo do capital social. Em tais países, o peso morto dos costumes pré-tecnológicos e pré-burgueses ofereceriam de fato uma forte resistência ao desenvolvimento imposto pelo ciclo da industrialização mundial. Mas, tal resistência dificilmente levaria a um processo de democratização das bases sociais:

antes, parece que o desenvolvimento imposto destes países trariam um período de administração total mais violenta e mais rígida do que atravessada pelas sociedades avançadas as quais puderam se construir sobre as conquistas da era liberal. Em suma: os territórios em atraso provavelmente sucumbirão ou a uma das mais variadas formas de neocolonialismo, ou a um sistema mais ou menos terrorista de acumulação primitiva.<sup>16</sup>

## **50 X 50: a sociedade unidimensional**

O caso brasileiro é curioso nesse contexto. Pois, enquanto país atrasado diante das sociedades avançadas, parece que o golpe civil-militar de 1964 sinaliza o

---

<sup>14</sup> MARCUSE. “A nova mentalidade alemã”, in MARCUSE. *Guerra, tecnologia e fascismo*. Tradução de Maria C. V. Borba, São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

<sup>15</sup> MARCUSE. *One-dimensional man*, p. 49

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 50.

surgimento do “Brasil, país do futuro”. Diante das duas opções dadas ao contexto unidimensional descrito acima, é possível ainda dizer que o Brasil não optou por uma ou outra saída, mas pelas duas simultaneamente. Tanto assumiu um neocolonialismo alinhado às estratégias estadunidenses de poder, quanto aprimorou um sistema descaradamente terrorista de acumulação primitiva. O que resultou em uma nova ordem de exceção que reorganizar a sociedade brasileira de cabo à rabo.

É bem verdade que, neste período, haveria um debate interno no círculo de poder entre as opções de estrutura econômica voltadas para o desenvolvimento da indústria nacional. Segundo Daniel Aarão, haveria uma disputa entre as estratégias econômico-políticas adotadas entre os “internacional-liberais” e os “nacional-estatismo”; dois grupos que alternavam no poder como golpes dentro do golpe.<sup>17</sup> Com o pretexto de equilibrar as contas da casa – e, sobretudo, impedir o clima de reformas do governo Jango – ambos os grupos tinham em comum um projeto contrário ao perigo vermelho. No entanto, a diferença estaria nas estratégias de alinhamento adotadas por cada um dos grupos.

Os “internacional-liberais” representados pelo governo Castelo Branco, tendo como ministro o economista Roberto Campos, procurou adotar um plano afinado com o FMI para minimizar os efeitos da crise econômica acumulada historicamente. Contrário ao nacional-estatismo herdado desde Getúlio Vargas, o governo procurou integrar o Brasil no ciclo de modernização, reconhecendo o Tio Sam como a liderança desse processo. Ao mesmo tempo, este grupo promoveu um processo liberal de redução do papel do Estado e a abertura radical dos fluxos de capital estrangeiro. Com Castelo Branco, Roberto Campos *et caverna*, o Brasil se lançaria no neocolonialismo, como resposta de modernização acelerada, de modo similar ao que Marcuse havia traçado criticamente.

No entanto, seguindo Daniel Aarão, o grupo “nacional-estatista” ainda teria forças para retomar o poder. A despeito de todo o apoio das agências internacionais de financiamento, do ponto de vista liberal-democrático (base nacional do golpe), o governo de Castelo Branco ia mal das pernas. Nesse sentido, havia certa disparidade entre o plano de abertura econômica traçado por este governo e a manutenção da tradição intervencionista do Estado no governo Castelo Branco, ainda operante com instituições estatais de forte peso, como o Banco Nacional de Habitação (BNH), e um

---

<sup>17</sup> REIS FILHO, Daniel A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*; loc. 628 e 858 [kindle edition]

super-Banco Central que operava no controle da circulação da moeda. É neste “vacilo” do internacional-liberalismo de Castelo Branco que, segundo Aarão, os “nacionais estatistas” tomam o poder.

Marca maior, o “milagre econômico” encampado pelo Gen. Médici & Delfim Neto seria uma mudança qualitativa que faz do projeto internacional-liberal coisa do passado. Estaria em jogo agora o poder estatal presente na indústria petroquímica, na integração nacional com as telecomunicações, num sistema bancário próximo ao que havia de mais avançado no mundo, bem como o apoio ao agronegócio (atingindo em cheio as estruturas rurais tradicionais). Mudanças que promoveram um balanço positivo das contas nacionais em termos de exportação.

No entanto, seria neste mesmo período que o Brasil avançaria com mais força na segunda tendência traçada por Marcuse: um “sistema terrorista de acumulação primitiva”. Nenhum milagre vem ao acaso. Além do forte arrocho salarial – também previsto nas estratégias internacional-liberais – seria o período em que o sistema nacional de violência se modernizaria. Não apenas o nacional-estatismo trouxe consigo a virulência do AI-5, como também, já nos seus últimos anos, operou um dos mais violentos ataques às populações indígenas e camponesas que estivessem no caminho do desenvolvimento nacional. Marcas que aparecem hoje, ainda de forma vergonhosamente tímida, nas relatorias da Comissão Nacional de Verdade.<sup>18</sup>

Aliás, é interessante notar estes grupos como vítimas do processo aberto pelo golpe à luz de *O homem unidimensional*. Pois indígenas e outros modos tradicionais de vida são grupos nos quais Marcuse reconheceria maior resistência aos processos de modernização unidimensional. Haveria neles uma resistência aos processos de industrialização mesmo diante de uma prospecto tangível de uma vida mais simples e melhor. De sua resistência, poderia surgir uma política planejada que, “ao invés da tecnologia imposta sobre seus modos tradicionais de vida”, ampliaria e concedia melhorias a partir de seus próprios fundamentos – um desenvolvimento vindo de baixo:

O progresso indígena pareceria possível de fato em áreas onde os recursos naturais, se libertos da usurpação, são ainda suficientes não apenas para a subsistência mas também para a vida humana.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> V. ZELIC, M. “Povos indígenas: ainda uma vez o esbulho”. In: <http://jornalggn.com.br/noticia/povos-indigenas-ainda-uma-vez-o-esbulho-por-marcelo-zelic> (acesso em 04/03/2015).

<sup>19</sup> MARCUSE. *One-dimensional man*, p. 51.

Marcuse encontra nisso uma *frágil possibilidade* de transformação social. Claro, não se trata aqui de considerar o olhar de Marcuse sobre o indígena como a proposta de retorno ao “bom selvagem”, àquele que está mais próximo da natureza na escala das civilizações estabelecidas. Decerto, o autor reconhece que a defesa cega de uma proposta civilizacional em detrimento das demais ora levaria a uma certa ilusão de pureza que desconhece os limites próprios a relações de poder instauradas em qualquer cultura, ora a uma proposta de identificação entre formas de vida de tal forma imediata que, por isso mesmo, se realiza como uma ideia fora do lugar. Distinta de certo apelo à anomalia selvagem do “devir-índio”, a teoria crítica reconhece que a cultura indígena, assim como qualquer outra cultura estabelecida em estruturas pré-industriais existentes (como o Egito e a Índia, vistos acima), pode se submeter à um processo de modernização à *fórceps* pautado pela reforma violenta de suas estruturas.

Em contrapartida, a “frágil possibilidade” defendida por Marcuse e seu encontro com a cultura indígena adquire força crítica na antropologia que estrutura civilizações no tabuleiro que articula natureza e civilização. A esperança marcuseana sobre os indígenas vem da mesma fonte pela qual a modernidade à *fórceps* lhes nota como inimigos a serem dizimados. Como lembra Marília Pisani, a partir da viagem de Lévi-Strauss em *terra brasilis*, registrada em *Tristes Tópicos*, trata-se de afirmar que “cada cultura é diversa, nenhuma totalmente boa, nenhuma totalmente má”.<sup>20</sup> Da marca desta diversidade, ou melhor, desta pluridimensionalidade, advém a força crítica: pois a cultura indígena posta no tabuleiro da modernidade bárbara é o enfrentamento contra sua violência. Na resistência em seu territórios, justaposta ao caminho aberto pelo milagre brasileiro, a existência indígena se contrapõe enquanto modelo de que “nada é definitivo: é sempre tempo de recomeçar”<sup>21</sup>. Marca da diferença que, por sua vez, opera pela necessidade histórica em que todas as forças estão dispostas, de modo que face “às novas configurações históricas da não-liberdade (...) as possibilidades de liberdade precisam ser reconceituadas.”<sup>22</sup> Impedir esta possibilidade é conter as forças centrífugas que escapam da modernidade ditatorial. E, nesse sentido, é curioso notar como o sistema de violência nacional em prol da acumulação primitiva não mediu esforços para o massacre das alternativas.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> PISANI, “Natureza e revolução: a *nova antropologia* de Herbert Marcuse”, in: [http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa\\_4/pisani\\_mesa\\_4.pdf](http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2011/10/mesa_4/pisani_mesa_4.pdf) (acesso em 04/03/2015), p. 12.

<sup>21</sup> LÉVI-STRAUSS *apud* PISANI, “Natureza e revolução”, p. 12.

<sup>22</sup> PISANI, “Natureza e revolução”, p. 12.

<sup>23</sup> Sobre o capítulo indígena na ditadura ver o filme “Serras da Desordem” de Andreas Tonacci.

## 50 X 50: o pensamento unidimensional

Tal violência se desdobra em outra margem considerada por Marcuse em *O homem unidimensional*: no pensamento que se constitui em meio a esta nova ordem. Afinal, impedir que as possibilidades de liberdade sejam “reconceituadas” demanda uma estratégia profunda capaz de abater o núcleo de produção crítica de conceitos. Nesse sentido, é determinante observar o sentido seguido pela reforma da educação nos tempos da ditadura. Nelas se apresentam as estruturas – muitas delas ainda hoje vigentes – de organização e produção dos saberes. Trata-se de um reconhecido processo de modernização existente entre dois liberalismos<sup>24</sup>: intervalo civil-militar dado entre os processos liberais de 1930 e 1985, operando toda uma nova linguagem, toda uma nova forma de conhecimento.

Reconhecer isso é um movimento importante para estendermos o conceito marcuseano de unidimensionalidade ao golpe de 1964. O que anos mais tarde, Marcuse resume em seu discurso aos alunos de Berkeley é paralelo ao que havia sido assinado nos acordos MEC-USAID implementados paulatinamente após 1964, como claras medidas de intervenção no programa de modernização à fórceps sobre os processos de formação e pesquisa.<sup>25</sup> Conforme Marcuse, a educação ocupa um lugar especial na sociedade industrial avançada, compondo certa dialética em que se reconhece a crescente dependência pelo conhecimento sem restrições para a modernidade em contradição com uma necessidade crescente em “conter” a razão e o conhecimento no interior do universo conceitual e valorativo da realidade estabelecida, bem como o melhoramento e a ampliação de tal universo de modo a proteger esta sociedade contra uma mudança radical. A fim de resolver tal impasse, a solução unidimensional é enfatizar a qualificação profissional em detrimento das humanidades e do pensamento crítico.<sup>26</sup> Pois, deste modo, os conceitos e os valores convergem no universo da realidade estabelecida, na ordem cada vez mais sustentada pela eficiência e

---

<sup>24</sup> SILVA, F. “A experiência universitária entre dois liberalismos”, in SILVA, Franklin L.. *Universidade, cidade, cidadania*, São Paulo: Ed. Hedra, 2014.

<sup>25</sup> SILVEIRA, “Filosofia e segurança nacional: o afastamento da Filosofia do currículo no ensino médio no contexto do regime civil-militar pós-1964”, in GOTO, Roberto & SILVEIRA, Renê T., *A filosofia e seu ensino: caminhos e sentidos*, São Paulo: Loyola, 2009; p. 66 e sg.

<sup>26</sup> MARCUSE, “Lecture on education, Brooklyn College, 1968”, in KELLNER, Douglas M. et al. (org.), *Marcuse’s challenge to education*, NY: Rowman & Littlefield, 2009; p. 34.

produtividade tecnológicas. Nesse sentido, a educação passa a ser avaliada por sua capacidade de constituir linguagens e tecnologias de saber.

Tal perspectiva já seria antecipada em *O homem unidimensional*, conforme observado pelo destino da linguagem filosófica em tempos unidimensionais. Nesta ocasião, o autor considerava a transformação do pensamento crítico em um pensamento positivo, purificado das contradições e tensões próprias à constituição dos conceitos. No interior desse processo, os termos da filosofia passam a ser traduzidos em uma gramática operacional e comportamental da linguagem ordinária. Cada vez mais impregnado pela linguagem cotidiana, o juízo filosófico passa a ser tão amplo quanto a língua falada no país, ou o dicionário, ou algum outro código ou convenção: “Uma vez aceito, isto constitui um *a priori* empírico que não pode ser transcendido.”<sup>27</sup> Aqui se apresenta um dos principais mecanismos para se conter as forças centrífugas da crítica, as quais, abstraídas da concretude imediata da ordem do dia, atingiriam uma verdadeira concretude figurada pelas mediações e contradições determinadas historicamente. Um olhar distante, como a do antropólogo imerso na própria cultura.

Pois bem, no capítulo brasileiro da unidimensionalidade, é possível dizer que os termos purificados da filosofia positiva não apenas distanciavam-se da natureza crítica do pensamento, como também adiantavam uma nova gramática. Afinal, não bastava transformar a crítica em operacionalidade; em uma modernidade efetivada à força, seria necessária a associação entre pensamento e ordem garantida por uma doutrina de segurança. Ou seja, mais do que a ordem dos fatos, o que a reforma da educação propunha reduz a experiência do pensamento ao campo de identidades asseguradas, cuja linguagem contém apenas a identidade signo-coisa e o pensamento está dispensado de toda esfera de sentido.<sup>28</sup> Sob o jugo da doutrina de segurança nacional, o projeto se efetiva, por exemplo, com a redução da experiência filosófica ao campo da educação moral e cívica. Constitui-se, assim, uma ética sem mediação social, uma ética estranha às relações que escapam ao domínio da ordem. Resulta, enfim, na propagação de valores constituídos na imediaticidade da ordem. Nesta nova ordem, a educação não apenas se alinha ao campo do ensino profissionalizante. Sem a mediação da modernidade, o caso brasileiro aprimora a função ideológica da educação, que passa a ser a legitimadora da ordem vigente:

---

<sup>27</sup> MARCUSE. *One-dimensional man*, p. 187.

<sup>28</sup> CHAUI, Marilena de S.. “A reforma do ensino”. In: *Rev. Discurso*, n° 8, 1978; p.155.

Considerando que esse modelo se pautava no modelo “segurança e desenvolvimento”, pode-se inferir que a referida eficácia deveria contemplar essas duas dimensões: a da segurança, mediante a inculcação ideológica segundo os preceitos da DSND [Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento], e a do desenvolvimento, através da capacitação profissional com o objetivo de atender à demanda do mercado de trabalho.<sup>29</sup>

Duas dimensões que, no entanto, se aprofundam na unidimensionalidade constituída pela modernidade extraída à fórceps. No jogo unidimensional entre segurança e desenvolvimento, posto em prática no Brasil de 1964, não bastava apresentar a realidade sob a forma do cotidiano imediato, era preciso a força da lei. Ciclo repressivo que ainda se faz sentir quando se pensa o papel minimizado das humanidades na arena pública nacional e sua fortaleza técnica. À filosofia, cabe apenas a formação “cidadã”. Mais do que isso, como a crítica da realidade, passa a ser percebida sob o olhar tecnológico como uma vã metafísica.

### **Conclusão: Golpe unidimensional?**

Uma questão ainda fica: *apesar de tudo, não estaríamos exagerando ao estender o golpe civil-militar brasileiro ao universo unidimensional?* Afinal de contas, dado o sistema nacional de violência, onde estaria a integração de opostos em um tal regime? Nos braços da ditadura, as forças centrífugas que ameaçariam o jogo unidimensional seriam recolhidas na marra, torturadas até que digam a última palavra na delação ou no silenciamento de suas lutas.

Talvez, o golpe de 1964 tenha adiantado o cenário contrarrevolucionário que descreve em *Contrarrevolução e revolta* (1972):

Cruéis perseguições permanecem nos países da América Latina sob ditaduras militares e fascistas. A tortura se tornou um instrumento normal de “interrogatório” ao redor do mundo. (...) Onde a resistência dos miseráveis sucumbiu, os estudantes seguem com a luta contra a *soldateska* e a polícia; em centenas, estudantes são esmagados, asfixiados por gás, bombardeados, presos. Trezentos deles caçados e abatidos nas ruas da cidade do México (...). Nos EUA, os estudantes ainda estão à frente dos protestos radicais (...) Militantes negros pagam com suas vidas. A nova composição da Suprema Corte institucionaliza o progresso da reação. E o assassinato dos Kennedys mostram que mesmo os liberais não estão tão seguros caso pareçam liberais demais...<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> SILVEIRA, “Filosofia e segurança nacional...”, p. 65 (nossos colchetes)

<sup>30</sup> MARCUSE, *Counter-revolution and revolt*, p. 1.

Nesse novo cenário, não se pode dizer que a composição unidimensional da sociedade se esgota. Marcuse ainda insiste em textos do mesmo período na descrição dos conflitos sociais a partir da unidimensionalidade.<sup>31</sup> Com efeito, ele reconhece o conteúdo desse conceito desdobrando-se historicamente. Assim, o que diferencia *O homem unidimensional* dos textos posteriores a Maio de 1968 é a redução cada vez mais intensa do espaço público democrático. Como se Marcuse pudesse nos dizer que, diante da experiência de rebeldia de 1968, o pensamento e a sociedade unidimensionais atuassem em um novo ciclo. Ciclo em que os opostos seriam cada vez mais restritos. Sob a face contrarrevolucionária das ditaduras civil-militares, o mínimo sinal de movimento das forças centrífugas seria respondido com a morte e o massacre.

Diante deste cenário, podemos dizer, que nosso 1964 apenas adiantava o que Marcuse notaria anos mais tarde com maior precisão nos termos da contrarrevolução. Como se a novidade pós-1964 fosse uma “contrarrevolução unidimensional”, diversa de todas as demais contrarrevoluções da história. Pois, como diria Paulo Arantes, pela primeira vez seria instaurado uma contrarrevolução sem contrapartida revolucionária.<sup>32</sup> Ou seja, na linha traçada pelo golpe, tudo passa a estar sob risco: do militante *Black Panther* ao democrata Kennedy. Marca presente no golpe brasileiro, mas que persiste nos processos de “abertura democrática”, na anistia que permanece intocável, na veia aberta que não estanca seu sangue.

---

<sup>31</sup> Não apenas em *Counter-revolution and revolt* (Boston, Massachusetts: Beacon Press, 1972), mas também em *An essay on liberation* (Boston: Beacon Press, 1969).

<sup>32</sup> ARANTES, P. “1964: um país feito num só Golpe”. Palestra realizada pelo ciclo de seminários “Labirintos e trincheiras”, organizado pelo Coletivo Zagaia. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=VmlDqXRAXJc> (acessado em 04/03/2015). Cf. ARANTES, Paulo E.. *O Novo tempo do mundo*, São Paulo: Ed. Boitempo, 2014.